



*Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí*

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2019



Abril/2020

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	Pág.
I. Introdução -----	--02
II. Relatório dos Auditores Independentes -----	03 a 06
III. Balanço Patrimonial -----	07 a 08
IV. Demonstração das Variações Patrimoniais -----	-09 e 10
V. Balanço Financeiro-----	11 e 12
VI. Balanço Orçamentário-----	13 a 14
VII. Demonstração do Fluxo de Caixa -----	-15
VIII. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis -----	16 a 26
IX. Relatório Circunstanciado da Auditoria -----	27 a 48



Campinas/SP, 24 abril de 2020

À

Diretoria do

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

Estivemos nas dependências do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, realizando trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 2019.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de auditoria, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas Demonstrações Contábeis e que compreendem:

Relatório dos Auditores Independentes;
Balanço Patrimonial;
Balanço Financeiro;
Balanço Orçamentário;
Demonstrações das Variações Patrimoniais;
Demonstração dos Fluxos de Caixa;
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e
Relatório Circunstanciado da Auditoria.

Informamos que devido à Pandemia, que se encontra no País e no mundo, provocada pelo Coronavírus Covid-19, e conseqüentemente a necessidade do isolamento social recomendado pelas autoridades de saúde brasileiras, o que nos impede de um atendimento presencial, esse relatório, especificamente foi confeccionado remotamente.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA

Roberto Araújo de Souza

Sócio Responsável

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Conselheiros do

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, que compreendem o balanço patrimonial, balanço orçamentário, balanço financeiro, em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas e procedimentos contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, que são definidas pelo Ministério da Previdência Social (MPS), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) através do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCT-16).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida, é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividades e, ao fazê-lo, considerar

se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude

pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 24 de abril de 2020



ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA
CTCRC1SP242826/O-3
Sócio Responsável

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em Reais)

ATIVO

	2.019	2018
ATIVO CIRCULANTE	1.913.025.465	1.618.018.817
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.906	502
Créditos a Curto Prazo	18.935.166	21.020.307
Investimentos Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.894.027.212	1.596.962.993
Estoques	39.180	35.015
ATIVO NÃO CIRCULANTE	260.523.024	272.519.169
Crédito Tributário a Receber	184.279.338	196.462.638
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	75.725.476	75.725.476
Imobilizado	518.210	331.054
TOTAL ATIVO	2.173.548.489	1.890.537.986

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE	11.200.337	9.154.454
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.135.846	874.288
Pessoal a Pagar	266.388	230.826
Benefícios Previdenciários a Pagar	831.251	607.723
Encargos Sociais a Pagar	38.206	35.739
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	55,343.46	45.653
Provisões a Curto Prazo	6.305.600	4.811.600
Demais Obrigações de Curto Prazo	3.703.548	3.422.913
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.150.359.445	1.959.290.373
Provisões de Longo Prazo	3.150.359.445	1.959.290.373
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(988.011.293)	(77.906.841)
Resultados Acumulados	(988.011.293)	(77.906.841)
Resultado do Exercício	(910.104.452)	(239.500.614)
Resultado de Exercício Anteriores	(77.906.841)	161.593.773
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.173.548.489	1.890.537.986

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 E 2018

(Em Reais)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	2019	2018
<u>Contribuições</u>	<u>208.409.378</u>	<u>209.357.020</u>
Contribuições Sociais	208.409.378	209.357.020
<u>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</u>	<u>132.590.564</u>	<u>83.783.482</u>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.721.576	2.929.510
Juros e Encargos de Mora	3.883.924	0
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	125.985.064	80.853.972
<u>Transferências e Delegações Recebidas</u>	<u>14.321.639</u>	<u>14.575.929</u>
Transferências Intragovernamentais	14.321.639	14.478.243
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0	97.686
<u>Valorização e Ganhos com Ativos</u>	<u>373.326.725</u>	<u>437.059.410</u>
Reavaliação de Ativos	370.681.844	301.701.781
Ganhos com incorporação de Ativos	2.644.881	135.357.618
Ganhos com desincorporação de Passivos	0	11
<u>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</u>	<u>154.618.441</u>	<u>86.440.070</u>
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	136.251.023	69.295.280
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	18.367.418	17.144.790
<u>RESULTADO PATRIMONIAL - AUMENTATIVAS</u>	<u>883.266.748</u>	<u>831.215.911</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 E 2018

(Em Reais)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	2019	2018
<u>PESSOAL E ENCARGOS</u>	<u>5.703.044</u>	<u>3.354.793</u>
Remuneração de Pessoal	4.917.325	2.684.241
Encargos Patronais	491.282	429.042
Benefícios a Pessoal	294.437	241.510
<u>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS</u>	<u>258.318.989</u>	<u>225.043.422</u>
Aposentadorias e Reformas	226.619.042	195.156.648
Pensões	23.269.711	19.707.934
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	8.430.236	10.178.839
<u>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</u>	<u>901.358</u>	<u>707.379</u>
Uso de Material de Consumo	19.564	23.858
Serviços	867.146	673.677
Depreciação, Amortização e Exaustação	14.648	9.844
<u>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</u>	<u>2.287.009</u>	<u>4.552.278</u>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0	4.552.278
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	2.287.009	0
<u>DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS</u>	<u>204.267.415</u>	<u>284.142.046</u>
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	184.390.061	270.302.035
Incorporação de Passivos	0	607.723
Desincorporação de Ativos	19.877.354	13.232.288
<u>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</u>	<u>1.321.893.385</u>	<u>552.916.608</u>
Constituição de Provisões	1.321.893.385	552.916.608
RESULTADO PATRIMONIAL - DIMINUTIVAS	<u>1.793.371.200</u>	<u>1.070.716.525</u>
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	<u>(910.104.452)</u>	<u>(239.500.614)</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

BALANÇO FINANCEIRO

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em Reais)

INGRESSOS

	2019	2018
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	355.795.605	306.086.512
Ordinária		
Vinculada	355.795.605	306.086.512
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	355.795.605	306.086.512
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
Regime Próprio de Previdência Social		
Contribuições Sociais	67.966.698	67.329.485
Receitas de Valores Mobiliários	125.985.064	80.853.972
Indenizações e Restituições	0	97.686
Receitas Correntes Diversas	7.962.737	7.694.284
Amortizações e Empréstimos	5.002.004	4.552.278
Contribuições Intraorçamentários	91.492.376	140.660.580
Outras	57.386.727	4.898.229
TOTAL RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	355.795.605	306.086.512
Transferência Financeiras Recebidas	14.321.639	14.478.243
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária	14.312.740	14.478.243
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	8.899	0,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	436.440.058	355.044.244
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	4.166.249	2.204
Inscrição de Restos a Pagar Processados	111.349	93.092
Depósitos restituíveis e Valores Vinculados	61.480.615	52.997.803
V.P.A.	370.681.844	301.701.781
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	249.363
SALDO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	1.622.733.554	1.473.163.119
Caixa e Equivalente Caixa	502	15.591
Depósitos restituíveis e Valores Vinculados	1.622.733.052	1.473.147.528
TOTAL	2.429.290.857	2.148.772.118

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

BALANÇO FINANCEIRO

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em Reais)

DISPÊNDIOS

	2019	2018
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	268.808.601	228.773.529
Ordinária		
Vinculada	268.808.601	228.773.529
Recursos Destinados a Previdência Social – RPPS	268.808.601	228.773.529
TESOURO		
GERAL		
Pessoal e Encargos Sociais	14.019.732	13.297.107
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		
Pessoal e Encargos Sociais	246.154.402	214.103.974
Outras Despesas Correntes	4.343.357	1.331.409
Investimentos	4.291.110	41.039
TOTAL DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	268.808.601	228.773.529
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	245.675.866	297.265.035
Pagamentos de Restos a Pagar não Processados	-	1.926
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	85.825	121.009
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	61.199.981	52.364.785
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	184.390.061	244.777.314
Desvalorização de Investimentos	38.960.164	117.128.019
Outros Pagamentos Extraorçamentários	145.429.897	127.649.295
SALDO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	1.914.806.390	1.622.733.554
Caixa e Equivalente Caixa	23.906	502
Depósitos restituíveis e Valores Vinculados	1.914.782.483	1.622.733.052
TOTAL	2.429.290.857	2.148.772.118

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Em 31 de dezembro de 2019

(Em Reais)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (b - c)
RECEITAS CORRENTES	260.999.907	260.999.907	350.793.601	89.793.694
Receita de Contribuições	173.991.726	173.991.726	159.459.074	(14.532.652)
Receita Patrimonial	9.013.772	9.013.772	125.985.064	116.971.292
Receita de Serviços	7.525.000	7.525.000	-	(7.525.000)
Outras Receitas Correntes	70.469.409	70.469.409	65.349.463	(5.119.946)
RECEITAS DE CAPITAL	4.209.493	4.209.493	5.002.004	792.511
Amortização de Empréstimos	4.209.493	4.209.493	5.002.004	792.511
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	265.209.400	265.209.400	355.795.605	90.586.205
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	265.209.400	265.209.400	355.795.605	90.586.205
Déficit	13.476.000	16.923.589	-	
TOTAL	278.685.400	282.132.989	355.795.605	90.586.205
Saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	2.603.589	2.603.589	-
SUPERAVIT FINANCEIRO	-	2.603.589	2.603.589	-

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Em 31 de dezembro de 2019

(Em Reais)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	DESPESAS PAGAS (e)	SALDO DA DOTAÇÃO (f) = (b - c)
DESPESAS CORRENTE	251.321.500	267.663.333	264.517.491	264.440.549	264.329.199	3.145.842
Pessoal e Encargos Sociais	248.341.000	262.446.138	260.174.134	260.174.134	260.135.861	2.272.004
Outras Despesas Correntes	2.980.500	5.217.195	4.343.357	4.266.415	4.193.338	873.838
DESPESA DE CAPITAL	3.030.000	5.623.589	4.291.110	201.803	201.803	1.332.480
Investimentos	3.030.000	5.623.589	4.291.110	201.803	201.803	1.332.480
RESERVA DO RPPS	24.333.900	8.846.067	-	-	-	8.846.067
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	278.685.400	282.132.989	268.808.601	264.642.352	264.531.003	13.324.388
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)	278.685.400	282.132.989	268.808.601	264.642.352	264.531.003	13.324.388
SUPERÁVIT (IX)	-	-	86.987.005	-	-	(86.987.005)
TOTAL (X) = (VIII + IX)	278.685.400	282.132.989	355.795.605	264.642.352	264.531.003	(73.662.616)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019 e de 201

(Em Reais)

	2019	2018
DESCRIÇÃO	VALOR – R\$	VALOR – R\$
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	287.272.634	145.059.197
<u>INGRESSOS</u>	649.364.611	540.196.770
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	350.793.601	301.534.234
Receita de Contribuições	159.459.074	207.990.065
Receita Patrimonial	125.985.064	80.853.972
Outras Receitas Originárias	65.349.463	12.690.198
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	298.571.010	238.662.535
<u>DESEMBOLSOS</u>	362.091.976	395.137.572
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	263.963.787	228.349.395
Previdência	263.302.947	228.082.130
Encargos Especiais	660.839	267.265
TRANSFERÊNCIAS	451.238	410.734
a União	149.622	144.808
Intragovernamentais	301.616	265.925
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	97.676.952	166.377.444
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	4.800.201	4.511.238
INGRESSOS	5.002.004	4.552.278
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	5.002.004	4.552.278
DESEMBOLSOS	201.803	41.039
Aquisição de Ativo Não Circulante	201.803	41.039
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	292.072.836	149.570.436
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	1.622.733.554	1.473.163.119
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.914.806.390	1.622.733.554

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2019 (Em R\$)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL:

O Instituto de Previdência do Município de Jundiaí, autarquia municipal com personalidade jurídica de direito público criada através da Lei Municipal nº 5.894/02, tem por objetivo principal prover aos servidores públicos e a seus dependentes os benefícios previdenciários garantidos pela legislação, buscando o bem-estar de seus segurados. A garantia destes benefícios é pautada pela observância do equilíbrio atuarial do sistema, no qual os investimentos tomam relevante destaque uma vez que o Instituto utiliza o plano previdenciário que capitaliza os recursos atuais dos segurados para garantir o seu pagamento futuro.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância aos dispositivos legais, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/00, portaria MPS nº 509/13, portaria STN 634/13, portaria STN 261/14 e NBCT-SP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicado ao Setor Público), referindo-se ao período de 01/01/2019 a 31/12/2019, nos termos da Portaria MPS nº 204/08 e demais disposições normativas vigentes.

NOTA 3 – CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas conforme a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG nº 163 de 04/05/01 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do São Paulo e Ministério da Previdência Social. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31/12/2019 os valores registrados como Caixa e Equivalentes de Caixa no Balanço Patrimonial correspondem a R\$ 23.906,46 o qual detalhamos a seguir:

Bancos Contas Movimentos - Posição em 31/12/2019		
Cód. do Banco	Descrição	Saldo - R\$
15	Banco Bradesco S.A - Conta Corrente - Benefícios	16.852,33
165	Banco do Brasil S.A -Conta IPREJUN Repasse de Honorários de Sucumbência	7.053,13
16	Banco Bradesco S.A -Conta Corrente- Diretoria Executiva	1,00
	Total	23.906,46

Os honorários de Sucumbência referem-se a valores pagos pela parte contrária em ações movidas contra o IPREJUN e que pertencem a Procuradoria Jurídica IPREJUN/PMJ conforme a atuação dos procuradores no processo judicial.

NOTA 5 – CRÉDITOS CIRCULANTE E NÃO-CIRCULANTE

Em 31/12/2019 o montante de Créditos a Curto Prazo registrados no grupo Ativo Circulante é de R\$ 18.935.166,10 e os Créditos a Longo Prazo no grupo Ativo Não Circulante é de R\$ 260.004.814,48, totalizando o valor de R\$ 278.939.980,50.

A seguir detalhamos a composição:

Ativo Circulante:

Créditos a Curto Prazo	R\$
- Empréstimos a Receber RPPS	4.603.705,75
- Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados – Patronal	14.331.460,35
Total	18.935.166,10

- 1) O valor de R\$ 4.603.705,75 refere-se ao contrato de empréstimo contraído pela Prefeitura do Município de Jundiaí junto ao IPREJUN e se encontra contabilizado na conta contábil 1.1.2.4.1.07.01 – Empréstimos a Receber RPPS.
- 2) Já o valor de R\$ 14.331.460,35 refere-se a Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados – Patronal e se encontra contabilizado na conta contábil 1.1.3.6.2.02.01 - Créditos Previdenciários do RPPS.

Ativo Não- Circulante:

Créditos a Longo Prazo	R\$
- Créditos Previdenciários Parcelados	184.279.338,30
- Empréstimos a Receber RPPS	75.725.476,18
Total	260.004.814,48

- 1) O valor de R\$ 184.279.338,30 refere-se a Créditos Previdenciários Parcelados e se encontra contabilizado na conta contábil 1.2.1.1.1.01.71 - Créditos Previdenciários Parcelados;
- 2) Já o valor de R\$ 75.725.476,18 representa as parcelas do empréstimo a receber cujo vencimento se dará no Longo Prazo e se encontra contabilizado na conta contábil 1.2.1.1.1.03.03- Empréstimos a Receber - RPPS.

Base Legal referente a concessão empréstimo e parcelamento de contribuições previdenciárias:

Empréstimo – Lei nº 4.892 de 14 de novembro de 1.996

Parcelamento Contribuições Previdenciárias- Lei: Nº.5.573 de 21 de dezembro de 2.000

Parcelamento Contribuições Previdenciárias (Acordo 107/2018 e Acordo 108/2018) Lei Nº 8.893/17

NOTA 6 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado encontra-se em 2.019 com saldo de R\$ 518.209,81, sendo subdividido em Bens Móveis R\$ 55.956,58 e Bens Imóveis R\$ 462.253,23. Os bens móveis foram submetidos à depreciação em 2019 e a depreciação acumulada dos bens é de R\$ 46.698,27 compreendendo as depreciações de 2.012 até 2.019.

Os bens móveis referem-se aos móveis, computadores e demais utensílios utilizados pelos servidores do IPREJUN no desenvolvimento das atividades administrativas. O valor de R\$ 462.253,23 de bens imóveis refere-se ao projeto executivo de construção da sede própria do IPREJUN e início da execução da obra.

IMOBILIZADO - BENS MÓVEIS		
Descrição	2019	2018
Saldo Conta Bens Móveis sem depreciação – Ano anterior	98.604,85	57.565,57
(+) Aquisições no ano	4.050,00	41.039,28
Saldo do Imobilizado em 31/12 – S/Depreciação	102.654,85	98.604,85
(-) Depreciação Acumulada	(46.698,27)	(32.050,41)
(=) Saldo de Imobilizado em 31/12	55.956,58	66.554,44

NOTA 7 – PASSIVO CIRCULANTE

O total do Passivo Circulante é de R\$ 11.200.337,03 e está subdividido nos itens a seguir:

PASSIVO CIRCULANTE	R\$
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.135.845,89
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	55.343,46
Provisões de Curto Prazo	6.305.600,00
Demais obrigações a Curto Prazo	3.703.547,67
Total do Passivo Circulante	11.200.337,03

O valor de R\$ 1.135.845,89 é composto pelas seguintes contas:

2.1.1.1.1.01.01	Salários, Remunerações e Benefícios (F)	25.066,41
2.1.1.1.1.01.03	Férias (P)	241.322,03
2.1.1.2.1.05.03	Precatórios de Benefícios Previdenciários - Regime Ordinário - a partir de 05/05/2000 - Não Vencidos	831.251,16
2.1.1.4.1.01.01	Contribuições ao RGPPS - Contribuição sobre Salários e Remunerações (F)	15.460,73
2.1.1.4.2.01.01	Contribuição a Regime Próprio de Previdência (RPPS) (F)	22.745,56
	Total	1.135.845,89

O valor de R\$ 25.066,41, refere-se à obrigação junto ao fornecedor do benefício de Vale Alimentação dos servidores do IPREJUN a ser pago em 2020.

As provisões de férias e 13º salário foram realizadas mensalmente, restando ao final do exercício somente o saldo da provisão de férias de R\$ 241.322,03.

Foi devidamente registrado na contabilidade a obrigação referente aos precatórios conforme Mapa de Precatórios para pagamento em 2020 emitido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no valor de R\$ 831.251,16.

Os subitens Provisões de Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo serão detalhados nas próximas notas explicativas 7.1 e 7.2

NOTA 7.1 – PROVISÕES DE CURTO PRAZO

Foi constituída Provisão para Sentenças Judiciais que envolvem o IPREJUN no montante de R\$ 6.305.600,00, baseada nos relatórios de controle da Procuradoria Jurídica do IPREJUN. Os valores encontram-se devidamente contabilizados no subitem Provisões de Curto Prazo do Balanço Patrimonial.

NOTA 7.2 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

As Demais Obrigações a Curto Prazo no valor de R\$ 3.703.547,68 estão discriminadas no Anexo 17 da Lei nº 4.320/64 – Demonstrativo da Dívida Flutuante.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Anexo 17 da Lei nº 4.320/64: Demonstração da Dívida Flutuante

DESCRIÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO P/O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
DEPÓSITOS				
218810102- Contribuições ao RGPS	4.580,72	75.816,52	67.078,04	13.319,20
218810103 - Encargos Sociais Outras Entidades	13.067,74	10.516.433,26	10.516.871,00	12.630,00
218810104- Imposto de Renda Retido na Fonte	2.270.420,28	33.690.755,80	33.233.696,96	2.727.479,12
218810108 - ISS (F)	0,00	1.969,53	0,00	1.969,53
218810110 - Pensão Alimentícia	256,72	950.827,43	951.027,43	56,72
218810113 - Retenções Entidades Repres. Classe	209.755,03	3.086.569,05	3.292.088,45	4.235,63
218810114 -Retenções Planos de Seguros	8.380,97	104.156,86	106.323,45	6.214,38
218810115- Retenções - Empréstimos e Financiamentos	910.422,03	12.877.506,94	12.861.847,89	926.081,08
218810499 - Outros Depósitos	6.029,54	176.579,84	171.047,36	11.562,02
Totais	3.422.913,03	61.480.615,23	61.199.980,58	3.703.547,68
RESTOS A PAGAR				
Não Processados	7.683,99	4.166.248,93	0,00	4.173.932,92
Processados	93.091,80	111.349,34	85.824,98	118.616,16
Total Restos a Pagar	100.775,79	4.277.598,27	85.824,98	4.292.549,08
TOTAL GERAL	3.523.688,82	65.758.213,50	61.285.805,56	7.996.096,76

O saldo de restos a pagar não-processado referem-se as despesas orçamentárias não liquidadas no valor R\$ 4.173.932,92 cujas fases de liquidação e pagamento deverão ocorrer no exercício seguinte.

Os valores registrados como Restos a Pagar Processados são da ordem de R\$ 118.616,16 e tratam-se de obrigação a pagar referente ao vale alimentação dos servidores do IPREJUN referente a Dez/19, cota patronal contribuição previdenciária INSS Dez/19, cota patronal contribuição previdenciária do IPREJUN dez/19 dos servidores do IPREJUN e alíquota suplementar para cobertura déficit atuarial Dez/19 dos servidores do IPREJUN e contratos de fornecedores cuja prestação de serviço ocorreu em dezembro/2019.

O valor de R\$ 3.703.547,68, referem-se a valores a serem repassados a terceiros em 2020.

NOTA 8 – PASSIVO NÃO-CIRCULANTE – PROVISÕES A LONGO PRAZO

O valor registrado no balanço patrimonial em 31/12/2019 a título de Provisões a Longo Prazo é R\$ 3.150.539.444,87 e refere-se a Provisão Matemática cuja composição detalhamos a seguir:

PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA 2019

Conta	Descrição	Saldo Inicial	D/ C	Débitos	Créditos	Saldo Final	D/C
2.2.7.2.1.03	Aposentadorias/pensões /outros benefícios concedidos do plano previdenciário do RPPS	2.322.175.689,53	C	1.010.342,55	100.441.475,67	2.421.606.822,65	C
2.2.7.2.1.03	(-) Contribuições do aposentado para o plano previdenciário do RPPS	96.755.434,53	D	0,00	347.070,02	96.408.364,51	D
2.2.7.2.1.03	(-) Contribuições do pensionista para o plano previdenciário do RPPS	2.691.046,70	D	1.207.300,98	0,00	3.898.347,68	D
2.2.7.2.1.03	(-) Compensação previdenciária do plano previdenciário do RPPS	387.987.051,66	D	14.863.164,07	332.595.030,61	70.255.185,12	D
2.2.7.2.1.04	Aposentadorias/pensões s/outros benefícios a conceder do plano previdenciário do RPPS	2.635.301.859,32	C	32.376.067,41	1.979.358.161,49	4.582.283.953,40	C
2.2.7.2.1.04	(-) Contribuições do ente para o plano previdenciário do RPPS	805.119.852,94	D	47.364.408,42	256.013.424,06	596.470.837,30	D
2.2.7.2.1.04	(-) Contribuições do ativo para o plano previdenciário do RPPS	240.264.014,96	D	417.414.823,02	0,00	657.678.837,98	D
2.2.7.2.1.04	(-) Compensação previdenciária do plano previdenciário do RPPS	69.600.042,33	D	369.187.328,03	0,00	438.787.370,36	D
2.2.7.2.1.05	(-) Outros créditos do plano de amortização	1.395.769.733,23	D	594.262.655,00	0,00	1.990.032.388,23	D
TOTAIS		1.959.290.372,50	C	1.477.686.089,48	2.688.755.161,85	3.150.359.444,87	C

Fonte: Avaliação Atuarial de 22/04/2019 – página 57. Disponível em: [http://IPREJUN.sp.gov.br/N/arquivos/atuarial/Avaliacao Atuarial 2019-dez18 v2.pdf](http://IPREJUN.sp.gov.br/N/arquivos/atuarial/Avaliacao_Atuarial_2019-dez18_v2.pdf) A Provisão Matemática de 2018 era de R\$ 1.959.290.372,50, com

a elaboração do novo estudo atuarial em março/2019 o novo número passou a ser R\$ 3.150.359.444,87

Este crescimento de 2.018 para 2.019, ocorreu devido a alterações nas premissas/hipóteses no novo estudo atuarial com o objetivo de retratar de forma mais próxima da realidade a massa de segurados do RPPS de Jundiaí. Por este motivo, este novo estudo demonstrou que as obrigações futuras com benefícios previdenciários aumentaram em R\$ 1.191.069.072,37

NOTA 9 – RESULTADOS ACUMULADOS OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O resultado Acumulado/Patrimônio Líquido apurado no Balanço Patrimonial de 2.019 é negativo em R\$ -988.011.293,00. Este número foi obtido partindo-se dos Resultados Acumulados de dez/2018 (R\$ -77.906.840,92), adicionando-se ao resultado patrimonial negativo obtido na Demonstração das Variações Patrimoniais do período de 01/12/2019 a 31/12/2019 (R\$ -910.104.452,08).

Ano 2019	
Resultados Acumulados 2018	-77.906.840,92
(+) Resultado Patrimonial 2019	-910.104.452,08
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
(=) Resultados Acumulados de 2.019	-988.011.293,00

Em 2.018 a composição do Patrimônio Líquido era a seguinte:

Ano 2018	
Resultados Acumulados 2017	161.593.773,41
(+) Resultado Patrimonial 2018	-239.500.614,33
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
(=) Resultados Acumulados de 2.018	-77.906.840,92

Comparando-se o Resultado Acumulado (PL) de 2018 (R\$-77.906.840,92) com o de 2.019 (988.011.293,00) identificamos que ocorreu grande diminuição do PL de um ano para outro e isto ocorreu devido ao aumento significativo do valor da Provisão Matemática do último laudo atuarial de abril/2019.

Todos os anos o IPREJUN realiza um estudo atuarial, para saber qual o montante atualizado dos seus compromissos futuros referente a benefícios previdenciários. Este montante chama-se provisão matemática e representa os compromissos a longo prazo do IPREJUN para com seus beneficiários.

No último estudo atuarial realizado em março/2019, a provisão matemática apresentou crescimento significativo saltando de R\$ 1.959.290.372,50, para R\$ 3.150.359.444,87, sendo que este aumento foi de R\$ 1.191.069.072,37.

Na planilha a seguir podemos enxergar que o resultado vinha se recuperando até fevereiro/2019, embora ainda estivesse negativo, o valor diminuía de um mês para o outro. No entanto, em março/2.019 foi realizado novo estudo atuarial que revelou aumento significativo da provisão matemática, ou seja, aumento dos compromissos futuros com os pagamentos de benefício. Como o estudo demonstrou o aumento das obrigações futuras foi maior do que o aumento das entradas de recursos, em março/2019 o resultado negativo passou a ser maior.

Apuração do Resultado Acumulado (PL) 2.019 - Análise Mensal

Mês	PL Resultado Acumulado Dez 2018	Resultado Patrimonial (VPA x VPD) Mensal 2019	PL Resultado Acumulado 2019
jan./19	-77.906.840,92	49.444.324,55	-28.462.516,37
fev./19	-77.906.840,92	57.144.124,36	-20.762.716,56
mar/19	-77.906.840,92	-1.254.749.756,66	-1.332.656.597,58
abr./19	-77.906.840,92	-1.233.373.451,83	-1.311.280.292,75
mai./19	-77.906.840,92	-1.081.215.009,09	-1.159.121.850,01
jun./19	-77.906.840,92	-1.042.468.494,22	-1.120.375.335,14
jul./19	-77.906.840,92	-1.025.532.299,19	-1.103.439.140,11
ago./19	-77.906.840,92	-1.017.243.949,49	-1.095.150.790,41
set/19	-77.906.840,92	-996.103.659,74	-1.074.010.500,66
out/19	-77.906.840,92	-968.635.286,75	-1.046.542.127,67
nov./19	-77.906.840,92	-965.686.337,81	-1.043.593.178,73
dez/19	-77.906.840,92	-910.104.452,08	-988.011.293,00

Até fevereiro/2.019 podemos observar que o PL negativo estava muito menor saindo de -77.906.840,92 e chegando a -20.762.716,56. Embora ainda negativo, o número vinha se recuperando. No entanto, em março/2.019 registramos a primeira versão do laudo atuarial de 2.019 e então devido ao aumento significativo da provisão matemática no novo laudo atuarial, novamente a posição negativa do P.L a voltou a crescer abruptamente. O P.L negativo é um efeito direto do aumento significativo da Provisão Matemática no novo laudo atuarial.

A Provisão Matemática em 2018 era de R\$ 1.959.290.372,50, com a elaboração do novo estudo atuarial em março/2019 o novo número passou a ser R\$ 3.150.359.444,87, para reconhecermos no balanço patrimonial este aumento de R\$ 1.191.069.072,37 foi necessário realizar o registro contábil de uma VPD de R\$ R\$ 1.191.069.072,37.

O reconhecimento deste aumento da provisão matemática de R\$ 1.191.069.072,37 em março/2019, deixou o resultado patrimonial acumulado a partir de março/2019 negativo em R\$ 1.332.656.597,58, mantendo-se negativo até dez/2019 com o seguinte valor R\$ 988.011.293,00

Contudo, apesar do Resultado do Patrimonial do Exercício de 2019 (Confronto de VPA's x VPD's) e do Resultado Acumulado (PL) de 2.019 terem ficado negativos no encerramento do exercício 2019, observamos que aos longos dos meses o impacto negativo foi diminuindo gradativamente tanto no resultado patrimonial do exercício como no resultado acumulado (PL). É visível que apesar de negativos, tanto resultado do exercício quanto o PL, foram muito menores em Dez/19 do que os números registrados em março/2019 denotando a melhora dos números no decorrer do ano.

NOTA 10 - DÉFICIT NA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS:

O Déficit apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais em Dez/2019 é de R\$ -910.104.452,08. Na planilha a seguir demonstramos a composição do resultado patrimonial mês a mês:

Mês	Total V.P.A	Total V.P.D	Resultado Patrimonial
jan./19	87.334.465,88	37.890.141,33	49.444.324,55
fev./19	120.181.465,26	63.037.340,90	57.144.124,36
mar/19	153.617.241,64	-1.408.366.998,30	-1.254.749.756,66
abr./19	198.675.013,31	-1.432.048.465,14	-1.233.373.451,83
mai./19	382.573.525,06	-1.463.788.534,15	-1.081.215.009,09
jun./19	451.052.250,71	-1.493.520.744,93	-1.042.468.494,22
jul./19	532.227.638,21	-1.557.759.937,40	-1.025.532.299,19
ago./19	566.474.932,99	-1.583.718.882,48	-1.017.243.949,49
set/19	616.450.758,13	-1.612.554.417,87	-996.103.659,74
out/19	682.017.250,21	-1.650.652.536,96	-968.635.286,75
nov./19	754.864.230,47	-1.720.550.568,28	-965.686.337,81
dez/19	883.266.748,19	-1.793.371.200,27	-910.104.452,08

O resultado Patrimonial é o número obtido na Demonstração das Variações Patrimoniais calculado pela diferença entre o total das VPA's e o total das VPD's do exercício. Toda vez que o conjunto de bens e direitos aumenta registra-se uma VPA e toda vez que o registro de obrigações aumenta registramos uma VPD. Assim se as VPA's forem superiores às VPD's teremos resultado do exercício positivo, já se as VPD's forem maiores do que as VPA's teremos resultado do exercício negativo. Neste caso as VPD's superaram as VPA's fazendo com que o resultado patrimonial fosse negativo R\$ -910.104.452,08

O Quadro acima revela que de janeiro/19 até fevereiro/2.019 o resultado patrimonial além de ser positivo vinha crescendo a cada mês. No entanto, no mês de março/2019 o resultado patrimonial passa a ser negativo em R\$ -1.254.749.756,66 e se mantém negativo até o encerramento do exercício de 2019 com o valor de R\$ -910.104.452,08

A título de comparação de janeiro até fevereiro/2019, observamos no quadro acima que o total de VPD's acumuladas foi de R\$ 63.037.340,90, em

março/2019 este número saltou para R\$ 1.408.366.998,30, ou seja, um valor considerável e bem maior do que o valor das VPD's totais apuradas no 1º bimestre/2019. Considerando que as receitas não aumentaram na mesma proporção no mesmo período e nem no transcorrer do ano, as variações patrimoniais diminutivas foram muito maiores que as variações patrimoniais aumentativas de forma que o resultado acumulado do exercício ficou negativo.

Para atualizar o valor da Provisão Matemática no Balanço Patrimonial, em março/2019 realizamos o registro de uma VPD (variação patrimonial diminutiva) no valor de R\$ 1.191.069.072,37.

NOTA 13 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário do IPREJUN, apresenta déficit orçamentário inicial de R\$ 13.476.000,00, devido às despesas orçamentárias serem maiores do que as receitas orçamentárias. Este valor refere-se as despesas com aposentadorias de inativos em carência e complementações de aposentadorias e pensões.

O valor de R\$ 13.476.000,00 é previsto na despesa com a fonte 1 - Tesouro, específica para os empenhos das despesas de inativos em carência e complementações. Embora não esteja previsto na receita orçamentária, o IPREJUN recebe ressarcimento financeiro da Prefeitura Municipal de Jundiáí, dos valores gastos. Este ressarcimento ocorre através de "Transferências Financeiras" e não através de arrecadação de receita pelo orçamento.

Embora haja o desequilíbrio entre total da despesa orçamentária orçada e total da receita orçamentária ao olharmos apenas o balanço orçamentário do IPREJUN, não configura irregularidade conforme se encontra disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 8ª Edição, página 413 a qual reproduzimos a seguir: "...Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa." Diante disto informamos que no ano de 2.019 a Prefeitura do Município de Jundiáí repassou R\$ 14.085.010,68 através de Transferências Financeiras que podem ser constatadas no Balanço Financeiro.

O valor de Transferências recebidas pelo IPREJUN compreende valor recebidos da Prefeitura Municipal de Jundiáí (inativos em carência e complementação de aposentadorias) R\$ 14.085.010,68. Câmara Municipal de Jundiáí (inativos em carência) R\$ 100.694,47 e Faculdade de Medicina de Jundiáí (inativos em carência) R\$ 135.934,32, totalizando R\$ 14.321.639,47 de Transferências Financeiras Recebidas pelo IPREJUN.

Em 2.019 devido a licitação da construção da sede própria do IPREJUN, foi necessário adequar o orçamento, sendo necessário reforçar a dotação orçamentária para realizar a reserva de dotação para a realização da licitação da obra. O reforço orçamentário foi de R\$ 2.603.589,30 e foi realizado utilizando-se Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Anterior.

NOTA 14 – MODELOS DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os Regimes Próprios de Previdência Social na condição de órgãos públicos seguem normas técnicas e de contabilidade estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que define os modelos de Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público alinhadas com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, órgão máximo de regulação em Contabilidade no território Brasileiro.

No que diz respeito a fiscalização, o RPPS é fiscalizado periodicamente pela Secretaria da Previdência Social (SPREV) e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). No desenvolvimento de seus trabalhos a SPREV utiliza as Demonstrações Contábeis nos modelos estabelecidos pela STN, enquanto que o TCE-SP utiliza demonstrativos contábeis de modelo próprio.

A Nota Técnica da STN nº 6/2015/CCONF/SUCON/STN/MF-DF) de 19 /06/2015 diz: "...É importante destacar que as disposições da STN quanto às demonstrações financeiras, não se contrapõem e não excluem as exigências dos órgãos de controle. Deste modo, os Tribunais de Contas têm competência para exigir a publicação de demonstrativos além daqueles demandados pela STN. Assim, recomenda-se que os órgãos e entidades da Administração Pública consultem os órgãos de controle aos quais são jurisdicionados para orientá-los quanto a possíveis exigibilidades adicionais de demonstrativos contábeis e financeiros."

Isto esclarece que devido aos tipos de fiscalizações sofridas pelo RPPS, trabalhamos com dois modelos de Demonstrações Contábeis visando a atender as necessidades específicas do SPREV e TCE-SP.

João Carlos Figueiredo
CPF: 057.546.578-62
Diretor Presidente

Claúdia George Musseli Cezar
CPF: 270.793.078-48
Diretora do Depto. Planej, Gestão e Finanças

Denise Durães Rodrigues
Analista de Planejamento. Gestão e Orçamento
CRC1SP-243359/O-1

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA AUDITORIA

Concluídos nossos exames das demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – IPREJUN**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

1. CONTROLES CONTÁBEIS INTERNOS

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com a extensão que os trabalhos de auditoria de revisão requerem, de acordo com as normas de auditoria, cujos aspectos abordados estão devidamente considerados neste relatório circunstanciado.

Observamos ainda os procedimentos no tocante ao cumprimento da Legislação inerente ao Setor Público, normas do Ministério da Previdência Social aplicadas aos Regimes Próprios de Previdência Social e Normas Brasileiras de Contabilidades, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições.

Eventuais ocorrências levantadas no curso de nossos trabalhos foram comunicadas à administração, que dentro das possibilidades as regularizou.

O controle interno compreende o plano da organização e todos os seus métodos, medidas e coordenadas adotadas numa entidade para proteger seu patrimônio. Isso tudo envolve imagem e pessoas, exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, incremento na eficiência operacional e promoção à obediência às diretrizes administrativas estabelecidas e às normas legais impostas por autoridades competentes.

As atividades de controle devem ser parte integrante das atividades diárias de uma entidade, e um sistema efetivo de controle interno requer que uma estrutura apropriada seja estabelecida, com as atividades de controles definidas para cada nível do negócio.

Esses controles devem incluir revisões de alto nível, atividades de controle apropriadas para diferentes departamentos ou divisões, controles físicos, verificação de conformidade com os limites de exposição de risco, sistema de aprovações e autorizações e de verificação e reconciliação.

A Administração do Instituto procedeu revisão em seus controles internos e implementou os manuais que estão disponíveis em seu site (internet) para consulta dos seus colaboradores.

2. BANCOS

Efetuamos o confronto dos saldos contábeis com os extratos bancários, bem como a análise das conciliações, e não observamos pontos relevantes a serem relatados:

2.1 BANCOS CONTA MOVIMENTO

BANCO	DESCRIÇÃO	SALDO EXTRATOS R\$
BANCO BRADESCO	BANCO BRADESCO S.A - C/CORRENTE - BENEFÍCIOS	16.852,33
BANCO DO BRASIL	BANCO DO BRASIL S.A.- CONTA IPREJUN REPAS. HONOR.	7.053,13
BANCO BRADESCO	BANCO BRADESCO S.A-C/CORRENTE - DIRETORIA EXECUTIVA	1,00
	TOTAL	23.906,46
	SALDO CONTÁBIL	23.906,46

3. INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO

3.1 SALDOS APLICADOS

A) Efetuamos a conferência dos saldos dos extratos bancários em 31/12/2019, com os valores constantes no Razão e Balanço Patrimonial, conforme planilha a seguir:

BANCO	APLICAÇÃO FINANCEIRA	SALDO EXTRATOS R\$
BANCO ITAÚBANK	BANCO ITAUBANK S.A.- NTN - B	612.381.062,68
BANCO BRADESCO	BRADESCO H FI RF CRÉDITO PRIVADO LP	106.835.983,19
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A TP RF LP	97.696.594,00
BANCO BRADESCO	VINCI MOSAICO FIA	96.200.194,53
BANCO BTG PACTUAL	BANCO PACTUAL S.A - QUEST AÇÕES FIC DE FIA	62.302.670,67
BANCO BRADESCO	BANCO BRADESCO S.A. - VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	58.579.339,88
BANCO BTG PACTUAL	BANCO PACTUAL S.A. - BTG ABSOL INSTIT FIA	56.296.385,13
ITAÚ UNIBANCO	ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC DE FI	46.811.429,55
BANCO BRADESCO	ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	46.301.319,37
BANCO BNP PARIBAS BRASIL	BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	42.165.080,25
BANCO BRADESCO	SUL AMÉRICA EQUITIES FIA	40.342.922,52
BANCO BTG PACTUAL	BANCO PACTUAL S.A-QUEST SMALL CAPS FIC FIA	39.195.332,34

BANCO	APLICAÇÃO FINANCEIRA	SALDO EXTRATOS R\$
BANCO BRADESCO	BRADESCO FIA SELECTION	35.494.653,38
BANCO BRADESCO	VINCI FI RF IMOBILIÁRIO - CRÉDITO PRIVADO	33.797.685,52
BANCO BNP PARIBAS BRASIL	ACCESS DIVERSIFIED DYNAMIC FI MULT. INVEST. EXTER	31.599.473,43
BANCO DO BRASIL	BB TP IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDEN	31.305.403,25
BANCO BNP PARIBAS BRASIL	WESTERN ASSET MACRO OPPORTUNITIES FIM - INV. EXTERIOR	31.226.001,61
BANCO BTG PACTUAL	BTGP RBC GLOBAL CREDITS FI MUL. INVEST. EXTERIOR	30.625.307,22
BANCO CITIBANK	WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	30.121.567,03
BANCO BNP PARIBAS BRASIL	M.S. GLOBAL OPPORTUNITIES FIC FIA INVEST. EXTERIOR	29.946.986,58
BANCO DO BRASIL	BB MULTIMERCADO GLOBAL SELECT EQUITY - INVEST. EXTERIOR	29.640.229,33
BANCO J. SAFRA	SAFRA CONSUMO AMERICANO FI AÇÕES BDR - NÍVEL I PB	28.860.463,27
BANCO SAFRA	SAFRA IMA FIC RF	27.892.418,75
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CAIXA BRASIL 2024 II TP RF	25.551.162,00
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CAIXA BRASIL 2024 IV TP RF	22.975.260,00
BANCO SANTANDER (BRASIL)	SANTANDER FIC FI IMA-B INSTITUCIONAL	22.316.571,02
BANCO BNP PARIBAS BRASIL	BNP PARIBAS ACTION FIC AÇÕES	21.393.412,88
BANCO BRADESCO	BANCO BRADESCO S.A. - GAVEA FII	18.450.000,00
BNY MELLON	XP INVESTOR 30 FIC FIA	17.001.247,45
ITAU UNIBANCO	ITAU INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FI	16.837.159,48
BANCO CITIBANK	WESTERN ASSET IMA-B5 ATIVO FI RENDA	14.845.492,31
BANCO J. SAFRA	SAFRA S&P EM REAIS PB FIM	12.448.278,33
BANCO ITAUBANK	BANCO ITAUBANK S.A-FI BRAZ CAP REAL-FUNDO IMOBILIÁRIO	11.770.000,00
BANCO DO BRASIL	BB INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	11.302.549,02
BNY MELLON	MONGERAL AEGON RENDA FIXA FI	10.455.765,88
BANCO CITIBANK	BANCO CITIBANK S.A. BTG PACTUAL INFRA. II, FIC FIP	9.086.853,75
BANCO DO BRASIL	BANCO DO BRASIL S.A. - FII JHSF FAZENDA BOA VISTA	8.841.000,00
BANCO BRADESCO	BANCO BRADESCO S.A.- ATICO GERAÇÃO DE ENERGIA FIP	8.730.650,58
BANCO BRADESCO	BRASIL PLURAL ABSOLUTO FII - BPF11	8.404.500,00
BANCO BRADESCO	MONGERAL AEGON FI MULTIMERCADO	7.513.370,07
BANCO BRADESCO	BANCO BRADESCO S.A- ATICO FLORESTAL FUNDO INVEST	5.575.013,77
BANCO BRADESCO	MONGERAL AEGON CRÉDITO PRIVADO FI RF LP	4.263.052,23
BANCO DO BRASIL	BRZ TERRAS BRASIL FIP	3.785.930,47

BANCO	APLICAÇÃO FINANCEIRA	SALDO EXTRATOS R\$
BANCO BRADESCO	GAVEA INSTITUCIONAL FIC FIP	3.704.525,46
BANCO BRADESCO	BANCO BRADESCO S.A- FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	3.396.462,84
BANCO BRADESCO	VINCI CAPITAL PARTNERS III FIP II MULTIESTRATÉGIA	1.547.661,72
BANCO RURAL	BANCO RURAL S.A -RURAL FUNDOS DE INVEST.EM	894.310,71
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CAIXA FI BRASIL DISPONIBILIDADES RF	522.667,28
BANCO BRADESCO	BANCO BRADESCO S.A. - FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	152.801,53
BANCO CITIBANK	BANCO CITIBANK S.A-FIDC MULTISETORIAL ITALIA	132.112,99
DEUTSCHE BANK	FIDC TREND BANK MULTISETORIAL	4.259,46
	TOTAL EXTRATOS	1.917.520.574,71
	(-) AJUSTE PARA PERDAS C/TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS	(20.755.271,10)
	TOTAL	1.896.765.303,61
	SALDO BALANÇO PATRIMONIAL	1.894.027.212,36
	DIFERENÇA	2.738.091,25

Diferença referente ao investimento do Banco 99 - Gávea institucional, FIC – FIP, apresentando no Boletim de Caixa, o de R\$966.434,20, e no extrato bancário, o valor de R\$ 3.704.525,46, originando uma diferença de R\$2.738.091,26, apontada na conciliação bancária de dezembro/2019, como transferência, atualização do extrato em função de erro sistêmico, e R\$0,01 a menor que não identificamos, a serem regularizadas no início do exercício.

B) A composição da carteira dos investimentos dos RPPS na data base de 31/12/2019, conforme relatório contábil de Movimentação Bancária, e Relatório Analítico Gerencial, era a seguinte:

DIVISÃO DO PATRIMÔNIO X INSTITUIÇÃO FINANCEIRA				
POSIÇÃO	INSTITUIÇÃO	VALOR (R\$)	% CARTEIRA	ACUMULADA
1º	TÍTULOS PÚBLICOS	612.381.062,68	32,31%	32,31%
2º	VINCI PARTNERS	190.124.881,66	10,03%	42,35%
3º	CAIXA	146.745.683,28	7,74%	50,09%
4º	BRADESCO	145.727.099,42	7,69%	57,78%
5º	BTG PACTUAL	107.778.546,18	5,69%	63,47%
6º	QUEST	101.498.003,02	5,36%	68,82%
7º	BNP PARIBAS	95.157.966,56	5,02%	73,84%
8º	WESTERN ASSET	76.193.060,95	4,02%	77,86%
9º	BANCO DO BRASIL	72.248.181,60	3,81%	81,68%
10º	SAFRA	69.201.160,28	3,65%	85,33%
11º	ITAÚ	63.648.589,04	3,36%	88,69%
12º	XP INVESTIMENTOS	46.948.234,04	2,48%	91,16%
13º	ICATU VANGUARDA	46.301.319,37	2,44%	93,61%
14º	SUL AMÉRICA	40.342.922,52	1,13%	95,73%
15º	SANTANDER	22.316.571,02	1,18%	96,91%

DIVISÃO DO PATRIMÔNIO X INSTITUIÇÃO FINANCEIRA				
POSIÇÃO	INSTITUIÇÃO	VALOR (R\$)	% CARTEIRA	ACUMULADA
16º	HEDGE	18.450.000,00	0,97%	97,89%
17º	BRASIL PLURAL	17.139.410,04	0,90%	98,79%
18º	RIO BRAVO	8.841.000,00	0,47%	99,26%
19º	QUELUZ	5.575.013,76	0,29%	99,55%
20º	BRZ	3.785.930,48	0,20%	99,75%
21º	GÁVEA	3.704.525,46	0,20%	99,95%
22º	PETRA	894.310,71	0,05%	99,99%
23º	VILA RICCA	132.112,99	0,01%	100,00%
	TOTAL INVESTIMENTO	1.895.135.585,06	100,00%	100,00%
	SALDO INVESTIMENTO	1.895.135.585,06		
	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	14.871.619,59		
	*BANCO 189 MONGERAL AEGON FI MULTIMERCADO	7.513.370,07		
	(-) AJUSTE PARA PERDAS C/TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS	(20.755.271,10)		
	DIFERENÇA CONTABIL	(2.738.091,26)		
	TOTAL	1.894.027.212,36		
	SALDO CONTÁBIL	1.894.027.212,36		

Diferença contábil já reportada em nosso Item 3.I. A, acima.

Conforme informações da Contabilidade, "O relatório da Planilha de Investimentos está correto quanto ao montante da taxa de Administração. O problema foi com o banco 189 Mongeral Aegon R\$ 7.513.370,07 que acabou ficando cadastrado com uma conta de investimento normal com finalidade de pagamento de benefícios, mas deveria estar com conta contábil de investimento com a Taxa de Adm. Em janeiro/2020, foi regularizada a conta contábil e este banco passou a ter o código 193". Portanto, não houve diferença contábil, além da reportada no item 3.I.A

C) As aplicações, em 31/12/2019, estão de acordo com as normas legais (Res. 3.922), conforme demonstrado abaixo:

DIVISÃO DO PATRIMÔNIO X RESOLUÇÃO 3.922				
INCISO	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	% CARTEIRA	LIMITE RESOLUÇÃO
Art. 7º, I, a	Títulos Públicos de emissão TN	612.381.062,68	32,32%	100%
Art. 7º, I, b	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, b	242.582.901,27	12,80%	
Art. 7º, I, c	ETF - 100% Títulos Públicos	0,00	0,00%	
Art. 7º, II	Operações compromissadas	0,00	0,00%	80%
Art. 7º, III, a	FI Renda Fixa "Referenciado"	0,00	0,00%	
Art. 7º, III, b	ETF - Renda Fixa "Referenciado"	0,00	0,00%	60%
Art. 7º, IV, a	FI Renda Fixa - Geral	122.057.662,34	6,44%	
Art. 7º, IV, b	ETF - Demais Indicadores de RF	0,00	0,00%	20%
Art. 7º, V	Letras Imobiliárias Garantidas	0,00	0,00%	

DIVISÃO DO PATRIMÔNIO X RESOLUÇÃO 3.922				
INCISO	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	% CARTEIRA	LIMITE RESOLUÇÃO
Art. 7º, VI, a	CDB - Certificado de Depósito Bancário	0,00	0,00%	
Art. 7º, VI, b	Poupança	0,00	0,00%	
Art. 7º, VII, a	FI em Direitos Creditórios	1.030.683,16	0,05%	
Art. 7º, VII, b	FI Renda Fixa (crédito privado)	33.797.685,52	1,78%	25%
Art. 7º, VII, c	FI Debêntures de Infraestrutura	0,00	0,00%	20%
	TOTAL RENDA FIXA	1.011.849.994,97	53,39%	
Art. 8º, I, a	FI de Ações - Índices c/ no mínimo 50 ações	0,00	0,00%	50%
Art. 8º, I, b	ETF - Índice de Ações (c/ no mínimo 50)	0,00	0,00%	
Art. 8º, II, a	FI de Ações - Geral	578.921.147,46	30,55%	40%
Art. 8º, II, b	ETF - Demais Índices de Ações	0,00	0,00%	
Art. 8º, III	FI Multimercado - Aberto	42.569.845,35	2,25%	15%
Art. 8º, IV, a	FI em Participações	32.430.635,84	1,71%	
Art. 8º, IV, b	FI Imobiliários	47.465.500,00	2,50%	20%
Art. 8º, IV, c	Ações - Mercado de Acesso (Investimentos Estruturado)	0,00		15%
	TOTAL RENDA VARIÁVEL	701.387.128,65	37,01%	
Art. 9º, I	Renda Fixa - Dívida Externa	0,00		10%
Art. 9º, II	Investimento no Exterior	153.037.998,17	8,08%	
Art. 9º, III	Ações - BDR Nível I	28.860.463,27	1,52%	
	TOTAL INVESTIMENTO NO EXTERIOR	181.898.461,44	9,60%	10%
	TOTAL CARTEIRA	1.895.135.585,06	100%	
	VALOR CONTÁBIL			
	SALDO INVESTIMENTO	1.895.135.585,06		
	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	14.871.619,59		
	*BANCO 189 MONGERAL AEGON FI MULTIMERCADO	7.513.370,07		
	(-) AJUSTE PARA PERDAS C/TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS	(20.755.271,10)		
	DIFERENÇA CONTABIL	(2.738.091,26)		
	TOTAL	1.894.027.212,36		
	SALDO CONTÁBIL	1.894.027.212,36		

D) Aplicação Taxa de Administração/Construção Sede

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
BRDESCO FI RF MAXI PODER PÚBLICO - TAXA ADM. c/c 148.190/8	152.801,53
MONGERAL AEGON RENDA FIXA FI - TAXA ADMNISTRAÇÃO	10.455.765,88
MONGERAL AEGON CRÉDITO PRIVADO FI RF LP - TAXA ADMINISTRAÇÃO	4.263.052,23
MONGERAL AEGON FUNDO INVESTIMENTO MULTIMERCADO	7.513.370,07
TOTAL	22.384.989,71

E) Composição das Aplicações

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
INVESTIMENTOS RPPS	1.894.027.212,36
AJUSTES PARA PERDAS	20.755.271,10
TOTAL DE INVESTIMENTOS NO BALANÇO PATRIMONIAL 2019	1.914.782.483,46
AJUSTE A SEREM A CONSIDERAR	
INVESTIMENTOS COM TAXA DE ADM NA CONTABILIDADE	(14.871.619,59)
DIFERENÇA A MENOR NA CONTABILIDADE, CONF. ITEM 3. I .A	2.738.091,26
**INVESTIMENTO BANCO 189 MONGERAL AEGON FI MULTIMERCADO	(7.513.370,07)
SALDO PLANILHA DE INVESTIMENTOS	1.895.135.585,06
TOTAL DE INVESTIMENTOS NO BALANÇO PATRIMONIAL 2019 APÓS AJUSTES	1.895.135.585,06
DIFERENÇA ENTRE BALANÇO PATRIMONIAL X PLANILHA DE INVESTIMENTOS APÓS AJUSTES	0,00

** Investimento banco 189 Mongeral Aegon FI Multimercao a regularizar a numeração da conta contábil para investimentos com Taxa de Adm. Em dez/19 constou por equívoco conta contábil de investimentos fundo de benefícios. Regularizado em janeiro/2020, passando a ser o banco 193, com a conta contábil correta.

3.2 POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Instituto de Previdência do Município de Jundiaí, IPREJUN, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei 5.894/2002 e Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). A presente Política de Investimentos foi discutida e aprovada pelo Comitê de Investimentos em meio eletrônico no dia 19/12/2018 e pelo Conselho Deliberativo do IPREJUN na 12ª reunião ordinária, que ocorreu em 20/12/2018, com vigência para 2019, e publicada no site do IPREJUN.

Ainda de acordo com os normativos, esta Política de Investimento estabelece os princípios e diretrizes a serem seguidos na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração do IPREJUN, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial e a solvência do plano de Benefícios. As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação existente aplicável, sendo os administradores e gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas nesta P.I.

Esta política está de acordo com a Resolução CMN 3.922 e Portaria MPS nº 440/13 que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites, utilização de veículos de investimento e taxa mínima atuarial.

Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apuração dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, além dos princípios de responsabilidade socioambiental adotados.

A Diretoria Executiva do IPREJUN deverá observar a Política de Credenciamento e Seleção de Instituições Financeiras, aprovada pelo Conselho Deliberativo do IPREJUN em 28/03/2019. Em nenhuma hipótese será admitida a aplicação em Instituições Financeiras ou Fundos de Investimentos que não tenham sido credenciados pelo Comitê de Investimentos. Após a homologação do credenciamento de Instituições e fundos, será emitida certidão e haverá publicação na página própria do site do IPREJUN.

3.3 VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (VPD)

A Variação Patrimonial Diminutiva dos Investimentos no exercício 2019, foi de R\$ 38.960.163,56, decorrente da desvalorização com Investimentos. A seguir detalhamos a distribuição das variações patrimoniais nos investimentos na ordem de maior para menor desvalorização, de acordo com a Instituição Financeira:

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (VPD)	
RENDA FIXA	
BRADESCO H FI R F CRÉDITO PRIVADO LP NILO- CONTA 2	2.190.128,63
SULAMERICA INFLATIE RI RF LP	2.083.790,55
VINCI FI RF IMOBILIÁRIO - CRÉDITO PRIVADO	887.485,41
SAFRA IMA FIC RF	876.687,49
CAIXA BRASIL 2024 IV TP RF	830.055,00
SANTANDER FIC FI IMA-B INSTITUCIONAL TP RF LP	823.088,00
BRADESCO H FI RF CRÉDITO PRIVADO LP NILP - CONTA 1	774.452,30
BRADESCO H FI CRED PRIV LP NILO - NÃO UTILIZAR	542.429,09
BB TP IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDEN	530.708,20
CAIXA BRASIL 2024 II TP RF	521.100,00
WESTERN ASSET IMA-B5 ATIVO FI RENDA FIXA	503.708,95
C BANCO RURAL S.A -RURAL FUNDOS DE INVEST.EM DIREITO	503.273,03
FIDC TREND BANK MULTISSETORIAL	23.353,01
BANCO BRADESCO S.A. - FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	19.294,68

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (VPD)	
CATU VANGUARDA INFLAÇÃO CURTA FI RF	17.753,55
BANCO CITIBANK S.A-FIDC MULTISSETORIAL ITALIA	3.646,36
TOTAL RENDA FIXA	11.130.954,25
POUPANÇA	
BANCO BRADESCO SA - CONTA POUPANÇA - BENEFÍCIOS	71.571,58
RENDA VARIÁVEL	
BANCO BRADESCO S.A- ATICO FLORESTAL FUNDO INVEST E	3.327.549,96
WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	3.103.393,42
GAVEA INSTITUCIONAL FIC FIP	2.781.242,74
FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NIVEL I	2.651.812,86
BANCO PACTUAL S.A - QUEST AÇÕES FIC DE FIA	1.997.458,97
BANCO ITAUBANK S.A-FI BRAZ CAP REAL-FUNDO IMOBILIA	1.355.000,00
BANCO PACTUAL S.A-QUEST SMALL CAPS FIC FIA	1.259.639,59
ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI	1.231.240,34
CAIXA FIC AÇÕES VALOR DIVIDENDOS RPPS	1.187.699,19
BRADESCO FIA DIVIDENDOS	1.107.854,53
BANCO BRADESCO S.A. - GAVEA FII	928.500,00
166 - SAFRA S&P EM REAIS PB FIM	874.467,92
BRADESCO FIA SELECTION	798.272,64
BANCO DO BRASIL S.A. - FII JHSF FAZENDA BOA VISTA	619.740,11
SAFRA CONSUMO AMERICANO FI AÇÕES BDR - NÍVEL I PB	595.223,05
BB MULTIMERCADO GLOBAL SELECT EQUITY - INVEST. EXT	565.595,30
ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC DE FI	496.167,43
VINCI CAPITAL PARTNERS III FIP II MULTISTRATÉGIA	480.112,49
ITAU INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FI	382.883,56
BRASIL PLURAL ABSOLUTO FII - BPF11	382.850,00
XP INVESTOR 30 FIC FIA	351.613,19
BRADESCO FUNDO INVESTIMENTO EM AÇÕES SMALL CAP PLU	298.424,04
BRZ TERRAS BRASIL FIP	295.518,55
SUL AMÉRICA EQUITIES FIA	164.561,24
BTGP RBC GLOBAL CREDITS FI MUL. INVEST. EXTERIOR	158.113,44
WESTERN ASSET MACRO STRATEGIES FIC FIM INV. EXTER	157.037,72
BANCO CITIBANK S.A. BTG PACTUAL INFRA. II, FIC FIP	127.256,25
M.S. GLOBAL OPPORTUNITIES FIC FIA INVEST. EXTERIOR	53.013,42
BANCO BRADESCO S.A.- ATICO GERAÇÃO DE ENERGIA FIP	25.395,78

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (VPD)	
TOTAL RENDA VARIÁVEL	27.757.637,73
TOTAL RENDA FIXA	11.130.954,25
TOTAL POUPANÇA	71.571,58
TOTAL GERAL	38.960.163,56

Em decorrência da variação patrimonial diminutiva com investimentos havida no exercício de 2019, no valor de R\$ 38.960.163,56, recomendamos realizar revisões extraordinárias quando houver necessidade de ajustes, redimensionando as metas de aplicação perante o comportamento ou conjuntura do mercado ou preservação dos ativos financeiros, obedecidos os parâmetros de risco-retorno fixados na Política de Investimentos e respeitados os aspectos legais vigentes, objetivando minimizar as perdas com investimentos.

3.4 VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (VPA)

A variação patrimonial aumentativa (ganhos) dos investimentos em 2019 foi de R\$ 359.175.631,48. A seguir detalhamos a distribuição das variações patrimoniais aumentativa nos investimentos em 2019.

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (VPA)	
RENDA FIXA	
BANCO ITAUBANK S.A.- NTN - B	56.716.632,35
SULAMERICA INFLATIE RI RF LP	21.421.287,91
CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A TP RF LONGO PRAZO	9.830.607,87
BANCO DO BRASIL S.A. - BB RPPS RF IMA - B5+	8.625.580,16
FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NIVEL I	8.259.102,58
BRADESCO H FI CRED PRIV LP NILO - NÃO UTILIZAR	6.920.618,01
ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO LONGA FI RENDA FIXA	6.795.214,98
WESTERN ASSET IMA-B5 ATIVO FI RENDA FIXA	6.383.734,28
BANCO BRADESCO S.A - RF IMA B 5+	6.226.943,70
VINCI FI RF IMOBILIÁRIO - CRÉDITO PRIVADO	5.258.472,51
MONGERAL AEGON CRÉDITO PRIVADO FI RF LP	5.036.342,50
SAFRA IMA FIC RF	4.903.875,55
BB TP IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDEN	4.294.637,79
CAIXA BRASIL 2024 IV TP RF	3.717.170,85
BANCO BRADESCO S.A-BRADESCO FI RENDA FIXA IMA-GERA	3.686.875,09
ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO CURTA FI RF	3.224.366,27
BRADESCO H FI RF CRÉDITO PRIVADO LP NILP - CONTA 1	3.130.947,75
BRADESCO H FI R F CRÉDITO PRIVADO LP NILO- CONTA 2	2.790.778,63
CAIXA BRASIL 2024 II TP RF	2.239.308,48
MONGERAL AEGON RENDA FIXA FI	1.727.668,17
SANTANDER FIC FI IMA-B INSTITUCIONAL TP RF LP	1.654.659,02

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (VPA)	
CAIXA BRASIL IPCA XVI RF CRÉDITO PRIVADO	1.301.413,36
FI RENDA FIXA BTG PACTUAL NTN-B	1.182.530,00
FIDC CASAN SANEAMENTO	1.075.492,89
BB INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	485.996,92
BANCO RURAL S.A -RURAL FUNDOS DE INVEST.EM DIREITO	413.422,75
BB IMA-B5 FIC RF PREVIDENCIARIO LP	366.138,36
BANCO BRADESCO S.A. - FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	342.165,27
BANCO CITIBANK S.A-FIDC MULTISSETORIAL ITALIA	326.175,75
MONGERAL AEGON CRÉDITO PRIVADO FI RF LP	175.393,31
MONGERAL AEGON RENDA FIXA FI	125.835,67
BANCO ITAUBANK S.A- INFLATION 5	92.926,76
BANCO BRADESCO S.A-MAXI PODER PUBLICO- TAXA ADMIN.	35.052,32
CAIXA FI BRASIL DISPONIBILIDADES RF	25.185,39
BANCO BRADESCO S.A, - FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	23.603,71
BANCO BRADESCO S.A. - FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	22.736,36
SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL RENDA FIXA REF. DI	6.760,33
TOTAL RENDA FIXA	178.845.653,60
RENDA VARIÁVEL	
VINCI MOSAICO FIA	16.200.194,54
BANCO PACTUAL S.A - QUEST AÇÕES FIC DE FIA	15.854.142,38
BANCO PACTUAL S.A-QUEST SMALL CAPS FIC FIA	14.267.858,05
CAIXA FIC AÇÕES VALOR DIVIDENDOS RPPS	14.170.919,91
BRADESCO FIA DIVIDENDOS	13.250.426,03
WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	13.242.571,40
BRADESCO FIA SELECTION	8.468.429,70
BANCO BRADESCO S.A. - GAVEA FII	7.965.000,00
ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC DE FI	7.307.596,99
SUL AMÉRICA EQUITIES FIA	7.305.465,18
BANCO PACTUAL S.A. - BTG ABSOL INSTIT FIA	6.296.385,13
XP INVESTOR 30 FIC FIA	6.218.144,46
ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI	5.846.053,76
BANCO ITAUBANK S.A-FI BRAZ CAP REAL-FUNDO IMOBILIA	5.815.000,00
BANCO BRADESCO S.A. - VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	5.582.745,42
ITAU INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FI	5.179.623,17
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	4.301.319,37
SAFRA S&P EM REAIS PB FIM	3.891.535,77
BRASIL PLURAL ABSOLUTO FII - BPF11	2.881.850,00
BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	2.165.080,25
BANCO DO BRASIL S.A. - FII JHSF FAZENDA BOA VISTA	1.995.072,39
BRADESCO FUNDO INVESTIMENTO EM AÇÕES SMALL CAP PLU	1.972.005,97
SAFRA CONSUMO AMERICANO FI AÇÕES BDR - NÍVEL I PB	1.795.686,32
ACCESS DIVERSIFIED DYNAMIC FI MULT. INVEST. EXTER	1.599.473,44

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (VPA)	
BNP PARIBAS ACTION FIC AÇÕES	1.393.412,88
BANCO CITIBANK S.A. BTG PACTUAL INFRA. II, FIC FIP	1.249.639,53
WESTERN ASSET MACRO STRATEGIES FIC FIM INV. EXTER	828.562,19
BTGP RBC GLOBAL CREDITS FI MUL. INVEST. EXTERIOR	783.420,66
WESTERN ASSET MACRO OPPORTUNITIES FIM - INV. EXTER	718.129,93
GAVEA INSTITUCIONAL FIC FIP	644.550,31
BANCO BRADESCO S.A- ATICO FLORESTAL FUNDO INVEST E	585.812,92
BB MULTIMERCADO GLOBAL SELECT EQUITY - INVEST. EXT	205.824,63
VINCI CAPITAL PARTNERS III FIP II MULTIESTRATÉGIA	136.774,21
BANCO BRADESCO S.A.- ATICO GERAÇÃO DE ENERGIA FIP	111.646,02
BANCO BRADESCO S.A. RIO BRAVO FUNDAMENTAL SMC FIA	86.254,90
MONGERAL AEGON FI MULTIMERCADO	13.370,07
TOTAL RENDA VARIÁVEL	180.329.977,88
TOTAL RENDA FIXA	178.845.653,60
TOTAL GERAL	359.175.631,48

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA - ESTORNO	
RENTA FIXA	
MONGERAL AEGON CRÉDITO PRIVADO FI RF LP	5.036.342,50
MONGERAL AEGON RENDA FIXA FI	691.342,84
VINCI FI RF IMOBILIÁRIO - CRÉDITO PRIVADO	349.288,29
FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NIVEL I	335.744,32
BANCO BRADESCO S.A-BRADESCO FI RENDA FIXA IMA-GERA	127.515,71
MONGERAL AEGON RENDA FIXA FI	125.835,67
MONGERAL AEGON CRÉDITO PRIVADO FI RF LP	54.102,71
BANCO BRADESCO S.A. - FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	22.736,36
123 - CAIXA FI BRASIL DISPONIBILIDADES RF	950,58
WESTERN ASSET IMA-B5 ATIVO FI RENDA FIXA	0,06
BANCO BRADESCO S.A. - FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	0,02
BANCO CITIBANK S.A-FIDC MULTISETORIAL ITALIA	0,01
SULAMERICA INFLATIE RI RF LP	0,01
CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A TP RF LONGO PRAZO	0,01
BANCO BRADESCO S.A, - FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	0,01
SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL RENDA FIXA REF. DI	0,01
TOTAL RENDA FIXA	6.743.859,11
RENTA VARIÁVEL	
BANCO ITAUBANK S.A-FI BRAZ CAP. REAL-FUNDO IMOBILIÁRIO	1.974.000,00
BANCO BRADESCO S.A. - GAVEA FII	1.933.500,00
WESTERN ASSET MACRO STRATEGIES FIC FIM INV. EXTER	163.652,79
BANCO DO BRASIL S.A. - FII JHSF FAZENDA BOA VIST	10.587,22

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA - ESTORNO	
BANCO CITIBANK S.A. BTG PACTUAL INFRA. II, FIC FIP	0,06
VINCI MOSAICO FIA	0,01
ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC DE FI	0,01
ACCESS DIVERSIFIED DYNAMIC FI MULT. INVEST. EXTER	0,01
TOTAL RENDA VARIÁVEL	4.081.740,10
TOTAL RENDA FIXA	6.743.859,11
TOTAL GERAL	10.825.599,21

RESGATE COM RENDIMENTOS - ESTORNO	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR - R\$
CONTA APLICAÇÃO: 21 - BANCO BRADESCO S.A-BRADESCO FI RENDA FIXA IMA-GERA	7.213.643,38
CONTA APLICAÇÃO: 158 - CAIXA FIC AÇÕES VALOR DIVIDENDOS RPPS	14.980.625,41
CONTA APLICAÇÃO: 168 - SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL RENDA FIXA REF. DI	137.543,13
TOTAL	22.331.811,92

RESUMO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

TÍTULO	VALOR R\$
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DE ACORDO COM AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
Variações Patrimoniais Aumentativas	359.175.631,48
Variações Patrimoniais Aumentativas – Estornos	(10.825.599,21)
Estorno Ganho Investimentos	22.331.811,92
TOTAL	370.681.844,19
SALDO CONTÁBIL DA CONTA VPA REAVALIAÇÃO DE OUTROS ATIVOS	370.681.844,19
DIFERENÇA	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DE ACORDO COM AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
Variações Patrimoniais Diminutivas dos Investimentos	38.960.163,56
RESULTADO - VALORIZAÇÃO (POSITIVA) DE INVESTIMENTOS	309.389.868,71

O saldo contábil da conta 4.6.1.9.1.00.00-REAVALIAÇÃO DE OUTROS ATIVOS – CONSOLIDAÇÃO (R\$370.681.844,19), foi verificado pela auditoria através do valor do Relatório das Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$359.175.631,48), Relatório das Variações Patrimoniais Aumentativas-Estornos (R\$10.825.599,21) e Relatório dos lançamentos de estornos de ganhos com investimentos (R\$22.331.811,92), chegando-se ao mesmo valor do saldo contábil R\$ 370.681.844,19.

A diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas proporcionou uma valorização dos investimentos para a IPREJUN no valor de R\$ 309.389.868,71, no final do exercício de 2019.

4. CRÉDITOS - REALIZÁVEL A CURTO E LONGO PRAZO

O valor de créditos registrados no Ativo Circulante no exercício de 2019, referentes ao Contrato de Empréstimo para Refinanciamento de dívida da Prefeitura de Município de Jundiaí, contraído junto ao Instituto de Previdência do Município de Jundiaí – IPREJUN, é o seguinte:

VALORES CONTABILIZADOS	2019 - R\$
ATIVO CIRCULANTE	
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS – PATRONAL	14.331.460,35
EMPRÉSTIMOS A RECEBER – RPPS	4.603.705,75
TOTAL	18.935.166,10
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	
EMPRÉSTIMOS A RECEBER RPPS	75.725.476,18
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	184.279.338,30
TOTAL	260.004.814,48

Base Legal referente a concessão empréstimo e parcelamento de contribuições previdenciárias:

Empréstimo – Lei nº 4.892 de 14 de novembro de 1.996.

Parcelamento Contribuições Previdenciárias- Lei: Nº.5.573 de 21 de dezembro de 2.000.

Parcelamento Contribuições Previdenciárias (Acordo 107/2018 e Acordo 108/2018) Lei Nº 8.893/17

5. CONTABILIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS E NÃO RECOLHIDAS NO PRAZO

Este item compreende Contribuições que já se encontram em regime de parcelamento de débitos conforme Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários de números 107/2018 e 108/2018

Até o ano de 2016, a Contabilização da Contribuições Devidas e Não Recolhidas no Prazo, eram registradas apenas nas contas de controle nos grupos 7 e 8 do Balanço Patrimonial, conforme literatura específica para RPPS (Contabilidade Aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social – Livro editado pelo Ministério da Previdência Social – Autora Diana Vaz de Lima).

Desde o Exercício de 2017, temos seguido a orientação do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que definiu que a contabilização fosse feita nas contas de controle grupos 7 e 8 e também nas contas do Ativo Circulante (Curto Prazo) e Não Circulante (Longo Prazo) – Créditos Previdenciários do RPPS.

Diante do exposto, foi contabilizado no que se refere aos créditos de Curto Prazo Circulante na conta contábil 1.1.3.6.2.02.01 – Créditos Previdenciários do RPPS, o valor de R\$ 14.331.460,35 e na conta contábil 1.2.1.1.1.01.71 – Créditos Previdenciários Parcelados de Longo Prazo – Não Circulante, o valor de R\$ 184.279.338,30, totalizando R\$ 198.610.798,65.

6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

DESCRIÇÃO	2019 (R\$)	2018 (R\$)
ATIVO (I)		
Ativo Financeiro	1.914.806.389,92	1.622.733.554,35
Ativo Permanente	258.742.098,98	267.804.431,23
Total do Ativo	2.173.548.488,90	1.890.537.985,58
PASSIVO (II)		
Passivo Financeiro	7.996.096,76	3.523.688,82
Passivo Permanente	3.157.737.618,06	1.964.928.821,67
Total do Passivo	3.165.733.714,82	1.968.452.510,49
Saldo Patrimonial (I – II)	(992.185.225,92)	(77.914.524,91)

7. ATIVO IMOBILIZADO

7.1 BENS IMÓVEIS

Ao analisarmos a composição do imobilizado apuramos que o valor de projetos para a nova sede foi contabilizado como se fossem instalações em bens imóveis, conforme abaixo:

DESCRIÇÃO - CONTA	2019	2018
Bens Móveis	102.654,85	98.604,85
Obras em andamento	197.753,23	0,00
Estudos e Projetos	264.500,00	264.500,00
Depreciações e Amortizações	(46.698,27)	(32.050,41)
TOTAL IMOBILIZADO	518.209,81	331.054,44

7.2. TERRENO CEDIDO PELA PREFEITURA

Terreno cedido pela prefeitura de Jundiaí, conforme Lei Municipal 7.940 de 16/10/2012, que reclassifica e autoriza a concessão administrativa de Uso, ao Instituto de Previdência do Município de Jundiaí – IPREJUN, de um imóvel público situado em Vila Hortolândia, para construção de sua sede, o qual se encontra contabilizado em 02/07/2014, na Rubrica 7.9.4.8.0.00.00 – Contrapartida de Responsabilidade de Terceiros Conta 894.81.0000 – Permissão de Uso – Bens Recebidos, Contas de Compensação, pelo valor de R\$ 1.834.254,50. Seu registro está nas contas de Controle de Atos Potenciais do Ativo, e quando vier a ser recebido em doação integrará o imobilizado do instituto, conforme preconiza o art. 3º, que reproduzimos abaixo:

“art. 3º. Implementado o prazo de concessão e cumpridas as suas condições, fica o Chefe do Executivo autorizado a alienar a área de que trata esta Lei, ao concessionário, mediante doação definitiva e por escritura pública, lavrada nos termos da lei.”

Situação atual do processo:

A concessão Administrativa do terreno relativo ao lote 04 da quadra C da Cidade Administrativa foi autorizada pela Lei 7.940 de 16/10/2012, alterada pela Lei 8.488 de 17/09/2015, com prazo de 54 meses para o início da obra, e conclusão no prazo máximo de 24 meses. Dessa forma, o prazo previsto inicialmente para o início da obra encontra-se expirado, cabendo ao Chefe do Executivo, através de termo próprio, a promover o aditamento do prazo, o que já foi solicitado, através do Of. IPREJUN nº 74/2018. O assunto está sendo tratado no processo administrativo n.17.221/2009, cuja última tramitação é de 07/11/2019.

Recomendamos acompanhamento pela administração do prazo da concessão, evitando a perda da cessão.

8. PROVISÕES MATEMÁTICAS – DÉFICIT ATUARIAL

As Provisões Matemáticas Previdenciárias foram constituídas com base em cálculos atuariais baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada e representam os compromissos no encerramento do exercício relacionados aos benefícios concedidos e a conceder e tem como objetivo dar consistência, equilíbrio e estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para garantia dos pagamentos e dos benefícios previstos pelo plano.

Este procedimento está contemplado através do Relatório da Avaliação Atuarial, emitido em abril de 2019 pela empresa LUMENS ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA, com sede na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Frederico Guilherme Ludwig, nº 80 – 1406, Bloco B, Bairro Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 18.934.959/0001-60, representada pelo sócio administrador Guilherme Thadeu Lorenzi Walter, Atuário MIB nº 2091 e CPF 013.410.910-40 conforme Parecer Atuarial páginas 43/44.

Embora o “relatório técnico sobre os resultados da avaliação atuarial” esteja emitido em papel timbrado da empresa Lumens Atuarial Consultoria e Assessoria, não encontramos no relatório a razão social da empresa, bem como seu CNPJ e registro profissional. Consta apenas a assinatura do atuário, mencionado acima.

Recomendamos que seja solicitado à empresa a aposição de sua razão social, seu CNPJ e seu registro profissional, no relatório entregue.

A Provisão Matemática de Longo Prazo constante no Balanço Patrimonial de 2018, era de R\$ 1.959.290.372,50, e com o Relatório de Avaliação Atuarial, de abril/2019, o valor passou para R\$3.150.359.444,87, em 31/12/2019, demonstrando um crescimento de R\$1.191.069.072,37 ou 60,79% nas obrigações futuras com benefícios previdenciários

O valor de R\$ 3.150.359.444,87 referente a Provisões a Longo Prazo constante do Balanço Patrimonial, está assim composta:

PROVISÕES DE LONGO PRAZO	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
PROVISÕES A LONGO PRAZO SALDO ANTERIOR 31/12/2018	1.959.290.372,50
VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO CONTABILIZADA MARÇO/2019	1.321.893.384,96
REVERSÃO DE PROVISÕES - INTER OFSS - MUNICÍPIOS CONTABILIZADA 05/2019	(130.824.312,59)
PROVISÕES A LONGO PRAZO EXERCÍCIO 2019	3.150.359.444,87

Apresentamos a seguir um resumo do Relatório de Avaliação Atuarial, emitido em abril/2019, referente às Provisões de Longo Prazo:

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	
DESCRIÇÃO	SALDO FINAL - R\$
(-) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PLANO PREV.	-2.421.606.822,65
(+) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	96.408.364,51
(+) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	3.898.347,68
(+) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	70.255.185,12
(-) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER PLANO PREV.	-4.582.283.953,40
(+) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	596.470.837,30
(+) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	657.678.837,98
(+) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	438.787.370,36
(+) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO	1.990.032.388,23
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-3.150.359.444,87

De acordo com nossas análises dos resultados apresentados pelo IPREJUN no exercício de 2019, o déficit atuarial teve uma forte oscilação negativa, reflexo das Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo, contabilizadas em março/2019, no valor de R\$ R\$ 3.150.359.444,87 indicando como as insuficiências financeiras podem influenciar seus saldos financeiros e afetar o equilíbrio do RPPS no longo prazo, o que torna uma obrigação presente, a necessidade do plano de amortização para o seu equacionamento e garantia dos pagamentos dos benefícios previstos no plano.

PROVISÕES MATEMÁTICAS	
DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
ATIVO GARANTIDOR - PLANO FINANCEIRO (1)	-
ATIVO GARANTIDOR - PLANO PREVIDENCIÁRIO (2)	1.890.843.302,50
APLICAÇÕES CONFORME DAIR - PLANO PREVIDENCIÁRIO	1.597.634.880,94
PARCELAMENTOS - PLANO PREVIDENCIÁRIO	293.208.421,56
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	3.150.359.444,87
PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (3)	-
PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (4)	-
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (5)	2.251.044.925,34
(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PLANO PREV.	2.421.606.822,65
(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(96.408.364,51)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(3.898.347,68)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(70.255.185,12)
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (6)	2.889.346.907,76
(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER PLANO PREV	4.582.283.953,40
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(596.470.837,30)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(657.678.837,98)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(438.787.370,36)
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO (7)	(1.990.032.388,23)
(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO	(1.990.032.388,23)
PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO FINANCEIRO (8)	-
PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO (9)	-
RESULTADO ATUARIAL (SUPERAVIT/DÉFICIT)	
PLANO FINANCEIRO - EQUILÍBRIO TÉCNICO ATUARIAL (10) = (1) - (3) - (4) - (8)	-
PLANO PREVIDENCIÁRIO - DÉFICIT ATUARIAL (11) = (2) - (5) - (6) + (7) - (9)	(1.259.516.142,37)

Recomendamos a adoção pelo ente federativo, de medidas para o equacionamento do déficit e demais ações que deverão pautar a busca da sustentabilidade de longo prazo do RPPS. Vide Relatório de Avaliação Atuarial de abril/2019 e Legislação a seguir.

A Portaria nº 464 de 19 de novembro de 2018, dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social -RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelece parâmetros para definição do plano de custeio e o equacionamento do déficit atuarial.

A seguir destacamos alguns pontos da Portaria, que devem ser observados:

CAPÍTULO XV

DO EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Art. 53. No caso de a avaliação atuarial de encerramento do exercício apurar déficit atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento.

§ 1º O Relatório da Avaliação Atuarial, com base no estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial do RPPS, deverá identificar as principais causas do déficit atuarial

por meio do balanço de ganhos e perdas atuariais, apresentar cenários com as possibilidades para seu equacionamento e os seus impactos e propor plano de equacionamento a ser implementado em lei pelo ente federativo.

§ 2º O equacionamento do déficit atuarial poderá consistir:

I - em plano de amortização com contribuição suplementar, na forma de alíquotas ou aportes mensais com valores preestabelecidos;

II - em segregação da massa; e

III - complementarmente, em:

a) aporte de bens, direitos e ativos, observado o disposto no art. 62;

b) aperfeiçoamento da legislação do RPPS e dos processos relativos à concessão, manutenção e pagamento dos benefícios; e

c) adoção de medidas que visem à melhoria da gestão integrada dos ativos e passivos do RPPS e da identificação e controle dos riscos atuariais do regime, conforme art. 73.

§ 3º Poderá ser implementado plano de equacionamento sem considerar o grupo de beneficiários que se enquadre na situação prevista no § 4º do art. 42, cujo pagamento dos benefícios deverá ser mantido diretamente pelo Tesouro.

§ 4º Em caso de déficit atuarial, poderá ser mantida a alíquota de contribuição relativa à cobertura do custo normal mesmo sendo esta superior àquela determinada pelo método de financiamento utilizado, para fins de amortização do déficit.

§ 5º A proposta do plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizada pela unidade gestora do RPPS, juntamente com o estudo técnico que a fundamentou, aos beneficiários do RPPS.

§ 6º O plano de equacionamento do déficit somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, observados o prazo e condições previstos no art. 49.

§ 7º Para garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, as contribuições relativas ao plano de amortização do déficit não são computadas para fins de verificação do limite previsto no art. 2º da Lei nº 9.717, de 1998.

CAPÍTULO XX

DA GESTÃO ATUARIAL

Art. 73. Para garantir a solvência e liquidez do plano de benefícios deverão ser adotadas medidas de aperfeiçoamento da gestão dos ativos e passivos do RPPS e assegurada a participação dos conselhos deliberativo e fiscal em seu acompanhamento.

Parágrafo único. As medidas incluem definição, acompanhamento e controle das bases normativa, cadastral e técnica e dos resultados da avaliação atuarial, estabelecimento do plano de custeio e do equacionamento do déficit, além de ações relacionadas à concessão, manutenção e pagamento dos benefícios e às políticas de gestão de pessoal que contribuam para assegurar a transparência, solvência, liquidez e equilíbrio econômico, financeiro e atuarial do plano de benefícios do RPPS.

Art. 74. Deverá ser implementado plano institucionalizado de identificação, controle e tratamento dos riscos atuariais, promovendo o contínuo acompanhamento do equilíbrio entre os compromissos do plano de benefícios e os respectivos ativos garantidores, inclusive verificando a evolução das provisões matemáticas.

§ 1º Deverá ser elaborada avaliação atuarial no período compreendido entre duas avaliações atuariais anuais caso seja verificada a ocorrência de fato relevante para a deterioração da situação financeira e atuarial do RPPS ou em decorrência de alteração de disposições do seu plano de benefícios.

§ 2º Em caso de legislação do ente federativo publicada posteriormente à data de elaboração da avaliação atuarial anual que altere a estruturação atuarial ou o plano de custeio do RPPS e que não tenha sido considerada nessa avaliação, deverá ser elaborado novo estudo atuarial e reencaminhado o DRAA e os documentos previstos no art. 68, que somente serão considerados aptos para regularidade do equilíbrio financeiro e atuarial após análise da Secretaria de Previdência.

Art. 75. Na hipótese de alteração legal relacionada à estrutura funcional e remuneratória dos segurados ativos do RPPS, à ampliação e reformulação dos quadros existentes e às demais políticas de pessoal do ente federativo que possam provocar a majoração potencial dos benefícios do regime próprio, a unidade gestora, a partir de estudo técnico elaborado por atuário legalmente habilitado, acompanhado das premissas e metodologia de cálculo utilizadas, deverá demonstrar a estimativa do seu impacto para o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

Parágrafo único. O ente federativo deverá prever fontes de custeio e adotar medidas para o equacionamento do déficit se a proposta de que trata o caput agravar a situação de desequilíbrio financeiro ou atuarial do RPPS.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO DE 2019	
SALDO ANTERIOR BALANÇO PATRIMONIAL 2018	(77.906.840,92)
Variações Patrimoniais Aumentativas no Período	883.266.748,19
Variações Patrimoniais Diminutivas Período	(1.793.371.200,27)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO DE 2019	(988.011.293,00)

No exercício de 2019, houve uma redução significativa no Patrimônio Líquido do Instituto, passando de um saldo negativo de R\$77.906.840,92, para R\$988.011.293,00, originando um aumento de R\$910.104.452,08, devido principalmente, ao aumento do valor da Provisão Matemática do último laudo atuarial de abril/2019, onde a Provisão Matemática apresentou um crescimento significativo, passando de R\$ 1.959.290.372,50, para R\$ 3.150.359.444,87, com um aumento foi de R\$ 1.191.069.072,37, ou seja, um acréscimo de 60,79%.

10. ASSESSORES JURÍDICOS (PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS)

O auditor deve aplicar as normas de auditoria, para identificar passivos não registrados e contingências ativas ou passivas relacionados a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias, e assegurar-se de sua adequada contabilização e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis examinadas.

A administração da companhia é a responsável pela adoção de políticas e procedimentos para identificar, avaliar, contabilizar e/ou divulgar, adequadamente, os passivos não-registrados e as contingências.

Quando da execução de procedimentos de auditoria para a identificação de passivos não-registrados e contingências, o Auditor Independente deve obter evidências para os seguintes assuntos, desde que relevantes:

- a) a existência de uma condição ou uma situação circunstancial ocorrida, indicando uma incerteza com possibilidade de perdas ou ganhos para a entidade;
- b) o período em que foram gerados;
- c) o grau de probabilidade de um resultado favorável ou desfavorável; e
- d) o valor ou a extensão de perda ou ganho potencial.

A circularização dos consultores jurídicos é uma forma de o auditor obter confirmação independente das informações fornecidas pela administração referentes a situações relacionadas a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias.

A assessora jurídica, Samara Luna dos Santos, Procuradora Jurídica do IPREJUN OAB/310759, forneceu as devidas informações, descrita a seguir:

POSIÇÃO DOS PROCESSOS CONFORME RELATÓRIO JURIDICO		
SITUAÇÃO DAS AÇÕES JUDICIAIS	VALORES (R\$) 2019	VALORES (R\$) 2018
PERDA CONCRETIZADA	5.513.000,00	3.552.000,00
PERDA POSSÍVEL	0,00	0,00
PERDA PROVÁVEL	792.600,00	1.259.600,00
PERDA REMOTA	1.436.500,00	1.800.000,00
TOTAL		6.611.600,00
VALOR ESTIMADO DA PROVISÃO	6.305.600,00	4.811.600,00
SALDO DA PROVISÃO NA CONTABILIDADE	6.305.600,00	4.811.600,00
INSUFICIÊNCIA	0,00	0,00

Na contabilidade do IPREJUN, em 31/12/2019, tem provisionado na conta 2.1.7.9.1.99.00 - Outras Provisões a Curto Prazo, o valor de R\$ 6.305.600,00, portanto, coincidindo com a informação dos assessores jurídicos.

As normas contábeis determinam o seguinte:

As informações classificadas como de perda provável devem ser contabilizadas.

As informações classificadas como de perda possível devem ser incluídas nas notas explicativas.

As informações classificadas como de perda remota não devem ser informadas.

11. CONCLUSÃO

Com base nos procedimentos de auditoria e nas verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos da **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que, as informações estão subsidiadas em documentos, informações, procedimentos e registros considerados satisfatórios

Recomendamos ainda que os apontamentos constantes deste relatório sejam implementados.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA

CTCRC1SP242826/O-3

Sócio Responsável